

# SEMIVERDADES E FALSAS CRENÇAS SOBRE O BRASIL

Luiz Carlos Bresser Pereira

Os intelectuais correm um risco permanente: depois de formular um diagnóstico basicamente correto sobre determinada formulação social, passam a se alimentar da troca entre si daqueles ideais, tornando-se incapazes de reconhecer e avaliar fatos históricos novos que, depois de alguns anos, acabam por invalidar aquele diagnóstico inicial.

Os cientistas sociais de esquerda, apesar de saberem teoricamente que os fenômenos econômicos e políticos são antes de mais nada fenômenos históricos, tendem com frequência a perder a perspectiva dos fatos novos, que transformam antigas verdades em semiverdades

ou falsas crenças. Isto aconteceu nos anos 60, quando a grande maioria deles foi incapaz de reconhecer e analisar os fatos novos que haviam inviabilizado o pacto populista e o nacionalismo desenvolvimentista. Incapazes de reconhecer que as condições materiais e as relações de poder no Brasil haviam sofrido uma profunda modificação na segunda metade dos anos 50, passaram simplesmente a negar qualquer validade aos diagnósticos feitos anteriormente a esses fatos históricos novos. Isto volta a acontecer agora. Um diagnóstico da formação social brasileira que podia ser válido nos anos 60 transformou-se, no começo dos anos 80, em um conjunto de semiverdades ou mesmo de falsas crenças, na medida em que um extraordinário processo de acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas ocorrido nos últimos trinta anos transformou substancialmente a natureza da formação social brasileira.

Vejamos, muito sumariamente, algumas dessas semiverdades e dessas falsas crenças. São oito, escolhidas de maneira que reconheço relativamente arbitrariamente. Através de sua crítica eventualmente emergirá uma visão da presente formação social brasileira. Estarei especialmente interessado pelas idéias ou lugares comuns prevalentes entre os grupos de esquerda democrática. As idéias falsas tanto da esquerda radical quanto dos conservadores moderados ou radicais não serão examinadas no presente contexto, embora muitas das semiverdades ou falsas crenças que listarei possam por eles ser partilhadas.

# 1

**"O Brasil é um país subdesenvolvido."** Mais do que uma falsa crença, esta é uma semiverdade. Uma classificação que ainda poderia caber ao Brasil dos anos 40 ou dos anos 50, mas que nos anos 80, depois de cinquenta anos de industrialização intensa, exige muitas qualificações.

Se subdesenvolvimento for definido em termos de baixa renda por habitante em relação a outros países, o Brasil será um país subdesenvolvido ou em grau intermediário de subdesenvolvimento. Mas é evidente que essa definição é extremamente pobre.

Se subdesenvolvimento se caracterizar pelo caráter dual da sociedade, já será

necessária uma primeira qualificação. No Brasil não existe a dualidade clássica entre uma sociedade capitalista moderna e uma sociedade pré-capitalista tradicional. O que há é a dualidade entre o capitalismo industrial tecno-burocrático, estatizado, oligopolista, e o capitalismo mercantil, latifundiário e especulativo.

Se subdesenvolvimento for sinônimo de pobreza, algumas regiões do Brasil serão subdesenvolvidas, outras fortemente desenvolvidas. O Estado de São Paulo, por exemplo, para quase todos os efeitos, corresponde, evidentemente, a um país desenvolvido.

Já se subdesenvolvimento for a incapacidade da economia de integrar uma grande parte da população aos sistemas produtivos e ao mercado capitalista moderno, levando à constituição de uma massa de subproletários urbanos e rurais, subempregados, subnutridos, econômica e politicamente marginalizados, então o Brasil (inclusive São Paulo) será um país subdesenvolvido.

Se entendermos, entretanto, que o subdesenvolvimento se define pelo caráter agrícola e extrativo, primário-exportador, da economia, o Brasil certamente não será subdesenvolvido. O Brasil é uma poderosa economia industrial, e cerca de dois terços de suas exportações já são constituídas de produtos industrializados (mais da metade deles são produtos manufaturados).

Finalmente, se entendermos subdesenvolvimento como dependência tecnológica e cultural, o Brasil será ainda um país subdesenvolvido, mas em franco processo de abandonar essa situação.

Na verdade, talvez a melhor forma de caracterizar o Brasil, em termos de estágio de desenvolvimento, é caracterizá-lo como um país "subdesenvolvido industrializado". Ou como um dos "novos países industrializados", de acordo com a terminologia norte-americana a respeito do assunto. Prefiro, entretanto, a expressão "subdesenvolvimento industrializado" porque ela expressa bem as contradições e indefinições do atual estágio de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico da economia brasileira.

## 2

### "O Brasil é um país periférico."

Trata-se de uma variação da semiverdade anterior, com ênfase na dependência em relação aos centros de decisão eco-

nômicos, culturais e políticos situados nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Entretanto, se examinarmos a sofisticação tecnológica do sistema industrial brasileiro; se dermos atenção para o nível já alcançado por nossas melhores universidades, seja no campo das ciências físico-matemáticas, da engenharia ou das ciências sociais; se considerarmos a diversificação e amplitude do mercado para as artes em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro — começaremos, então, a perceber que o Brasil já não está tão longe do centro.

Na verdade já deixou de ser um mero absorvedor de cultura estrangeira e reprodutor dos padrões de consumo centrais, para começar a gerar ciência crítica e tecnologia própria. Durante o período primário-exportador a cultura brasileira era um mero transplante ornamental da cultura européia. Na medida em que essa cultura não estava ligada aos processos produtivos, mas relacionava-se apenas à modernização do consumo ao nível de uma pequena elite, essa era uma cultura de salão, incapaz de contribuir para uma efetiva avaliação dos próprios problemas brasileiros.

Essa situação começa a mudar radicalmente a partir dos anos 30 e principalmente dos anos 50, quando surge uma nova geração de intelectuais muito melhor equipados para, utilizando criticamente a cultura estrangeira, analisar a realidade brasileira. Estávamos, entretanto, ainda inteiramente voltados para o Brasil. Mais recentemente, porém, o pensamento brasileiro tende a universalizar-se, na medida em que também os problemas da sociedade contemporânea como um todo começam a ser objeto sistemático de sua análise. Estamos ainda no início desse processo, mas não há dúvida de que a universalização do pensamento brasileiro (e não apenas sua latino-americanização) é um sinal concreto de que o Brasil vai deixando de ser um país periférico.

Nesse sentido é preciso considerar que o Brasil é de fato a oitava economia (em termos de PIB) do sistema capitalista. Isto significa um imenso mercado interno e uma presença cada vez maior no plano internacional. Dado o baixo coeficiente de importação do país, a presença comercial do Brasil é ainda pequena. Mas a presença política começa a se manifestar, inclusive através de uma política externa relativamente independente.

# 3

## **"As empresas multinacionais, explorando o Brasil, são a principal causa de seu subdesenvolvimento."**

Esta é claramente uma falsa crença, baseada em um nacionalismo que acaba desviando a atenção dos trabalhadores e da esquerda do seu principal problema: a luta de classes.

Boa parte da chamada "teoria da dependência" orientou-se no sentido de demonstrar o erro desse tipo de visão, que ignora a diferença entre o velho imperialismo primário-exportador, e o novo imperialismo industrializante e desenvolvimentista, que surge com as empresas multinacionais industriais, a partir dos anos 50. Entretanto, talvez porque essa expressão "dependência" seja dúbia, poucos entenderam sua mensagem. Entre os fatos históricos novos que ocorreram nos anos 50, um dos mais importantes foi exatamente essa entrada das multinacionais industriais.

As empresas multinacionais provocam graves distorções na distribuição de renda, na medida em que facilitam ao país a reprodução dos padrões de consumo dos países centrais. Por outro lado, se de um lado transferem tecnologia já pronta para o país, de outro dificultam a geração de tecnologia dentro do próprio país. Finalmente, não há dúvida de que transferem uma parte do excedente por elas gerado para o exterior. Mas daí a atribuir-lhes a culpa pelo subdesenvolvimento brasileiro, vai uma enorme distância. Afinal os lucros das empresas multinacionais no Brasil dependem diretamente do desenvolvimento do país e do crescimento do seu mercado interno.

Para os trabalhadores não há diferença essencial entre as empresas nacionais e as multinacionais. Sob certos aspectos é inclusive necessário admitir que as empresas multinacionais são mais favoráveis aos trabalhadores: pagam melhores salários e oferecem melhores condições de trabalho. E no processo de luta de classes são às vezes mais flexíveis do que as empresas locais, que ainda não aprenderam a participar de negociações com os trabalhadores sem o apoio do Estado.

Em qualquer hipótese, as empresas multinacionais são uma realidade fundamental e permanente da formação social brasileira. Já estão integradas ao sistema econômico local e poderão ser no futuro

parcialmente absorvidas. Nacionalismo em relação às empresas multinacionais significa controlá-las, limitar suas áreas de ação, induzi-las a exportar e a gerar tecnologias no país. Não significa hostilizá-las, muito menos culpá-las de todos os nossos males.

# 4

## **"A burguesia é uma classe dominante e autoritária, incapaz de assumir a direção política e econômica do país e de formular um projeto de desenvolvimento."**

Esta semi-verdade está relacionada com a desilusão de quase toda a esquerda em relação às idéias sobre uma "burguesia nacional", que dominaram o Brasil no período populista, principalmente nos anos 50. É também uma forma através da qual a burguesia se esconde e disfarça sua própria dominação, afirmando-se politicamente débil. Quanto ao caráter autoritário da burguesia, trata-se sem dúvida de uma constatação histórica, já que a burguesia brasileira, até hoje, em poucos momentos comprometeu-se efetivamente com os ideais democráticos. Mas quando essa afirmação parte de setores radicais da esquerda, que vêem na burguesia brasileira e latino-americana um caráter "intrinsecamente" autoritário, ela perde objetividade e se transforma em dogmatismo ideológico.

Realmente não há por que falar em uma "burguesia nacional" no Brasil, dada a aliança da burguesia brasileira com o capitalismo multinacional. Mas isto não significa que essa burguesia não seja capaz de formular um projeto político próprio, nem que seja intrinsecamente autoritária. Na verdade, o processo parcial de redemocratização do Brasil, que vem ocorrendo desde meados dos anos 70, é em parte consequência de um projeto de hegemonia política da burguesia. Esta classe já alcançou no Brasil a hegemonia ideológica, impondo os valores individualistas e liberais sobre o resto da sociedade, e agora propõe-se a sacudir a tutela autoritária dos militares e assumir o comando político mais diretamente. Provavelmente não logrará plenamente seu intento, inclusive porque as demais classes não aceitarão essa solução linear, que transforma diretamente a classe dominante em classe dirigente.

Sem dúvida a burguesia tem sido uma classe conservadora, marcada histórica-

mente pelo autoritarismo e pela dependência do Estado. Sua visão é curta, sua capacidade de compreensão dos problemas sociais brasileiros, muito limitada. A luta de classe é para ela ainda um fantasma. Mas é necessário não transformar fatores históricos e portanto contingentes em fatores intrínsecos e afirmar que a burguesia é "essencialmente" autoritária, conservadora, e incompetente politicamente. A grande acumulação de capital ocorrida nos últimos cinquenta anos resultou em transformações profundas, estruturais, nessa classe, a começar pelo fato de que o capital industrial tornou-se definitivamente hegemônico em relação ao capital agrário-mercantil. Hoje a burguesia brasileira é uma nova e poderosa classe social que não é conveniente subestimar.

## 5

**"Os tecno-burocratas são meros assessores da burguesia."** Outra semiverdade que ignora o imenso crescimento do número e do poder da classe média assalariada ou tecno-burocrática, seja nas grandes organizações burocráticas privadas, seja principalmente na grande organização burocrática estatal, civil e militar. Sem dúvida a tecno-burocracia é assessora da burguesia, na medida em que esta é a classe dominante. Mas não há dúvida também que essa classe, sendo portadora de relações de produção e de ideologia próprias, tem interesses e objetivos econômicos e políticos que lhe são específicos. O regime militar instalado no Brasil a partir de 1964 é incompreensível se não partimos desse fato.

## 6

**"A inflação é o grande problema da economia brasileira e revela a incompetência do Governo."** Não há dúvida quanto à incompetência do Governo, paralisado pela crise cíclica que atinge a economia brasileira. Mas decididamente a inflação, nessa crise, é muito mais uma consequência e um sintoma do que "o grande problema". O Brasil vem se desenvolvendo apesar de altas taxas de inflação. E seus efeitos concentradores de renda e distorsivos da acumulação de capital estão relativamente neutralizados pela indexação generalizada de toda a economia.

Na verdade a inflação só se torna um problema fundamental para a economia brasileira nos momentos em que o Governo, influenciado por uma visão monetarista e incapaz de perceber a diferença entre a economia brasileira e as dos grandes países centrais (que não estão indexadas) insiste em adotar políticas econômicas recessivas de caráter monetarista.

Não há dúvida que a inflação tem sido funcional para que os setores oligopolistas da economia aumentem sua participação na renda através do aumento de suas margens de lucro. Tem também sido útil para os bancos e rentistas, porque se pretende combater a inflação através do aumento da taxa de juros.

Mas, uma vez alcançado determinado patamar de inflação, este é rígido para baixo devido à indexação e oligopolização da economia. Em consequência, não há outra alternativa para o Governo senão entrar em déficit — via subsídios e investimentos das empresas estatais — para em seguida poder aumentar a quantidade nominal de moeda. Se não o fizer, ou fizer parcialmente, de acordo com o figurino monetarista que vem sendo adotado desde o fim de 1980, a economia entrará em crise de liquidez e recessão.

## 7

**"Em uma economia capitalista como a brasileira, a renda tende sempre a concentrar-se."** De fato, a tendência geral da economia brasileira, desde que esta se constitui como entidade nacional no século XIX, foi para a concentração da renda. Este é um fenômeno típico da acumulação primitiva característica do capitalismo mercantil (dominante no Brasil até 1930) e das primeiras fases do capitalismo industrial, quando a acumulação capitalista baseia-se na elevação da taxa de mais-valia, dada a incapacidade de os trabalhadores defenderem seus interesses tanto no plano político quanto no sindical. Desde 1974, entretanto, houve uma moderada reversão nessa tendência concentracionista, em função, em primeiro lugar, da maior capacidade de reivindicação política (eleições de 1974) e, em seguida, do maior poder de reivindicação sindical (greves de 1978-81). De fato, embora os dados dos Censos indiquem que houve um aumento da concentração de renda entre 1970 e 1980, se tomarmos as Pesquisas

Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), realizadas em 1972 e 1976, verificamos que o auge da concentração ocorreu em 1972. Os 5% mais ricos da população, que recebiam 28,3% da renda em 1960, passaram para 34% em 1970 e para 39,8% em 1972, caindo em seguida para 37,9% em 1976 e os mesmos 37,9% em 1980. Pesquisas por nós realizadas, entretanto, demonstram que o auge da concentração ocorreu em 1974 (ver "Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente", em *Estudos Econômicos*, vol. 8 n.º 3, setembro-dezembro 1978).

Isto, obviamente, não significa que o Brasil tenha alcançado uma distribuição minimamente satisfatória da renda. Pelo contrário, as diferenças continuam escandalosas. Mas isso demonstra que, apesar da permanência de um Governo autoritário (ainda que em processo lento de democratização exigido pela sociedade), alguns resultados foram alcançados graças às lutas dos trabalhadores e dos intelectuais de esquerda. O não reconhecimento desse fato leva a posturas radicais, de caráter revolucionário ou então basista, que dificilmente contribuirão para a necessária aceleração do processo de desconcentração da renda.

## 8

**"A solução para os problemas brasileiros é abandonar o 'modelo exportador' e voltar-se para o mercado interno."** Em primeiro lugar, o Brasil nunca adotou um verdadeiro "modelo exportador". Salvo alguns raros momentos (1967-1974) o Brasil não tem feito outra coisa senão substituir importações e reduzir o coeficiente de importações (relação entre as importações e o PIB). Atualmente o coeficiente de importações, exclusive petróleo, é inferior a 5%.

Em segundo lugar, a melhor forma de o Brasil aumentar seu mercado interno é continuar a crescer. Ora, isto só será possível se o Brasil conseguir contornar o grande desequilíbrio de suas contas externas, através do aumento das exportações, já que nosso baixo coeficiente de importações torna praticamente inviável continuar a basear a política econômica na substituição de importações.

Por isso é essencial que o Brasil desenvolva uma política industrial e tecnológica de exportações. O desenvolvimento do mercado interno não precisa de

uma política econômica específica. Basta uma política macroeconômica de manutenção da demanda agregada e do emprego e uma política de distribuição de renda. Havendo demanda, a indústria e a agricultura que abastecem o mercado interno reagirão automaticamente, já que dispõem de capacidade instalada, mão-de-obra e tecnologia adequadas.

A idéia falsa não é defender o mercado interno, mas imaginar que haja uma contradição entre o desenvolvimento deste mercado e uma política de exportações. Só haveria contradição se a economia brasileira estivesse trabalhando em regime de pleno emprego e as exportações fossem uma forma de exportar bens de consumo dos trabalhadores e importar bens de luxo e bens de capital, compatibilizando assim concentração de renda e equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas. Ora, este não é o caso do Brasil, pelo menos desde 1975.

Muitas outras semiverdades e falsas crenças poderiam ser listadas, mas acredito que estas sejam as fundamentais. São idéias que não reconhecem que o Brasil, apesar de todos os seus desequilíbrios, já é uma economia industrial complexa e sofisticada, já é uma formação social capitalista e oligopolista em que os traços estatísticos e tecno-burocráticos são cada vez mais claros.

Ora, é importante reconhecer esses fatos novos e reformular essas idéias. Caso contrário tornar-se-á muito difícil que os cientistas sociais possam desempenhar um papel significativo no processo de mudança política e social no Brasil. No início dos anos 70, quando fizeram a crítica do padrão de acumulação concentrador de renda e do regime autoritário instalado no Brasil, eles tiveram uma influência muito clara nos resultados das eleições de novembro de 1974, que marcaram o início do fortalecimento das oposições e, em conseqüência, do processo de redemocratização do país. Mas nos próximos anos o problema que as oposições democráticas e de esquerda enfrentarão é o de chegar ao poder. Ora, isto será muito dificultado se uma série de semiverdades ou mesmo de falsas crenças mantiverem os intelectuais alienados dos fatos históricos novos que vêm mudando a formação social brasileira.

---

Luiz Carlos Bresser Pereira é professor titular de Economia da Fundação Getúlio Vargas e presidente do BANESPA.

---

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo,  
v. 2, 2, p. 23-27, jul. 83**

---